

A. H. de Oliveira Marques*

História genealógica do homem comum: *micro-história* ou *macro-história*?**

R E S U M O

Demarcando-se de algumas práticas tradicionais dos “genealogistas”, o Autor defende uma história genealógica cujo objecto seja não já apenas a alta nobreza e a família real, mas antes as famílias comuns, os antepassados de cada um de nós. Para tal, além das fontes por excelência, os registos notariais, recomenda o estudo de fontes tão diversas como memórias de família, agendas domésticas, livros de contas e correspondência pessoal. Nesse tipo de trabalho, “grande História” e “pequena história” entrecruzam-se e completam-se, ultrapassando a velha dicotomia história das estruturas versus trajectos pessoais e biografias.

Quando se fala em “história genealógica”, vêm sempre à lembrança a realeza, as famílias nobres e as heranças. Os que trabalharam ainda no antigo Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, lembram-se do pesadelo que era muitas vezes conseguirem um lugar, dado o número de pesquisadores genealogistas, atarefados em busca do ou dos antepassados que teimavam em não aparecer nos registos. Estavam sempre rodeados de múltiplas árvores de costados, manuscritas ou já impressas. Muitos deles tinham todo o ar de “betinhos”, jovens ou adultos, membros de famílias pequeno-nobres ou que o pretendiam ser, bem vestidos, penteados e perfumados... A esta fauna acresciam verdadeiros bandos de famílias, quase sempre de províncias distantes e superpovoadas, afadigados em comprovar uma descendência, directa ou indirecta, que lhes permitisse proporem-se como herdeiros de fortunas mais ou menos avultadas, legadas por antigos emigrantes *ab intestato*, que mal conheciam ou só de nome.

Para outros, historiadores e conhecedores sérios, história genealógica eram os livros de linhagens da Idade Média ou, quando muito, a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de D. António Caetano de Sousa, que os prolongava, aliás cheia de imprecisões, até ao século XVIII. A Pedatura Lusitana, de Cristóvão Alão de Moraes, também se citava, apontando-se-lhe igualmente os muitos erros que continha. Trabalhos válidos e científicos poucos havia e, na sua maior parte, achavam-se inéditos: como modelo, apontavam-se os *Brasões da Sala de Sintra*, de Braamcamp Freire ou, entre os

* Universidade Nova de Lisboa. Professor Catedrático.

** Conferência proferida em Maio de 2003 na Faculdade de Letras do Porto, a convite do Departamento de História desta Faculdade.

modernos, as monografias de um Luís de Bivar Guerra para algumas famílias ilustres. Mas tratava-se, em geral, de gente fidalga ou importante pelos seus feitos históricos, com poucos ou nenhuns elementos a tentarem iluminar os descendentes ou mesmo os ascendentes de natureza plebeia e com actividades menos “recomendáveis”. Fidalguia e celebridade quase se identificavam. E a quem tentava dizer o contrário, argumentava-se que só para os maiores “ilustres” havia dados que possibilitassem uma reconstituição credível.

É verdade que, noutras civilizações, a genealogia podia fazer-se por transmissão oral. No mundo islâmico da Idade Média, a identidade e a coesão no clã e na tribo definiam-se pela antiguidade e celebridade da ascendência, sendo os patronímicos dos aristocratas mais importantes uma sucessão de nomes precedidos pelo designativo *ibn* ou *bem*, o que permitia, por vezes, remontar a alguns séculos atrás, com exemplos de treze ou doze gerações (uns 400 anos). Quem nos dera que tal sistema tivesse vigorado entre os visigodos ou os romanos do Baixo Império, o que possibilitaria conclusões importantes sobre transmissões de património e de cultura em geral! Poder-se-iam aduzir casos parecidos para outras culturas, mas sem os mesmos relevo e antiguidade.

Foi quando começámos a trabalhar sobre a história de Lisboa, com a colaboração de Maria Teresa Campos Henriques, e a “fichar”, sistematicamente, todos os nomes que surgiam na documentação dos séculos XII a XVI, que me apercebi de uma realidade diferente. Não faltavam indicações de “Fulano, filho de Beltrano” e, às vezes, neto, sobrinho e irmão de “Sicrano”, o que permitiria, cruzando os dados de várias épocas, obter genealogias de certa extensão, quer no tempo quer na composição da família alargada. Hoje, com os computadores, tudo se faria muito mais rapidamente e está a fazer-se, aliás, embora predominantemente no âmbito da história demográfica.

Mais tarde, por necessidade de identificação histórica e curiosidade de conhecimento, decidi abalançar-me a fazer a minha própria genealogia. Com grande surpresa, e passados os primeiros engenheiros, médicos, farmacêuticos, guarda-livros e donas de casa, entrei num mundo onde parecia predominar o trabalho rural e o artesanato ou os pequenos serviços urbanos. Contudo, as fontes persistiam. E assim permaneceram, possibilitando-me atingir nada menos de quinze gerações, um dos ramos sempre em Lisboa, equivalendo a mais de 450 anos de história. Como muitos fidalgos, podia orgulhar-me de conhecer grande parte dos meus antepassados até final do século XV, com a satisfação étnica, nacional e moral – sempre subjacente nos arcanos da subconsciência, por mais tolerante e universalista que se seja –, de não ter encontrado cristãos-novos – mau grado o meu perfil judeu, segundo dizem – e, só em percentagem ínfimas, estrangeiros, ilegítimos e incógnitos. Também gostei de saber que tinha um arreigamento urbano coevo sempre na mesma cidade, o que desmentia a ideia, por muitos partilhada, de que só a terra permite raízes dignas do nome. Os meus antepassados haviam, além disso, emigrado eventualmente, gozado de abundância, uns, e morrido quase de fome, outros, exercendo trabalhos pouco remunerativos. Uma única excepção era a de José Eustáquio Gomes que, talvez para fugir à família que desonrara, violando uma das filhas, emigrara para o Brasil onde, no Recife, introduzira a medicina “científica” da época e onde hoje tem

uma estátua na praça pública. Eu era assim, sem qualquer dúvida e em sintonia com a grande massa, um português. Confesso que gostei!

Agora, perguntar-me-ão. E que temos nós com tudo isso? Que nos interessa saber se V. tem antepassados conhecidos ou não? Faria porventura alguma diferença se fosse neto de escravos, de russos ou de judeus? Combatendo, como diz, a prosápia genealógica aristocrática, está, no fundo, a ostentar uma prosápia semelhante, de cunho burguês, plebeu ou ráxico. Não é isto verdade?

Ora, com este meu exemplo individual, o que eu quis foi transmitir alguma coisa. De cunho histórico, metodológico e prático. Não é muito e disso tenho plena consciência. Mas vamos ver.

As fontes mais importantes para a elaboração de qualquer genealogia a partir da actualidade são os registos paroquiais¹. Existem, para Portugal, desde meados do século XVI, embora, para casamentos, tivessem sido criados dois séculos antes, no tempo de D. Afonso IV². Não sabemos se alguma vez se cumpriu a lei afonsina, o que permitiria encontrar assentos para épocas tão recuadas como as do período coevo da Peste Negra. Mesmo para a centúria de Quinhentos, os registos, relativos a baptizados, casamentos e óbitos, estão longe de completos e não vão além de 1527. As lacunas, que abrangem numerosas freguesias e períodos de tempo, deveram-se a causas múltiplas: não cumprimento da prescrições eclesiásticas que obrigavam ao registo; incúria dos priores locais; roubos e desvios de livros (ainda hoje surgem, de vez em quando, à venda, em alfarrabistas, registos vários); destruições causadas pelo tempo (humidade, por exemplo) e por casos fortuitos (incêndios, terramotos, guerras, revoluções), etc. O grande terramoto de 1755 obrigou os curas de muitas freguesias de Lisboa a reconstituírem, tanto quanto lhes era possível, registos anteriores destruídos ou a iniciarem registos novos a partir dessa data. Em Leiria, as Invasões Francesas, nomeadamente a terceira, levaram à destruição da totalidade dos registos em algumas paróquias, reiniciando-se a série só em 1811. Outro tanto aconteceu em várias freguesias atravessadas pelo invasor. Julgo que não se cartografou ainda o País deste ponto de vista, o que seria tarefa árdua mas compensadora e a muitos títulos.

Se faltam inúmeros registos, em compensação temo-los centralizados. Ainda há poucos anos, em Espanha, o investigador era obrigado a cirandar de paróquia em paróquia, à procura do que lhe interessava, já que os livros tinham sido conservados no local de origem. Em 1978, no Brasil, sucedia o mesmo em muitas regiões. No Rio de Janeiro, tive de andar de freguesia em freguesia à procura dos registos de nascimento de Bernardino Machado e de Magalhães Lima, os dois de meados do século XIX. Nunca

¹ Cf. o *Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais*, 1993-1994, que substitui os vários inventários até essa data publicados.

² Lei de 7.12.1352, saída das Cortes de Lisboa desse ano: *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, 1982: p. 15, nota 1 e p. 72. A lei estipulava que todos os "recebimentos" (casamentos) fossem feitos perante um tabelião e registados em livros.

consegui achar o segundo e o primeiro, com imensa sorte, fui achá-lo na sacristia de uma igreja, empilhado com muitos outros, que tive de retirar um a um. Mas em Portugal, uma preocupação salutar e, em certa medida, revolucionária para o tempo, que se deveu precisamente a Magalhães Lima, ministro da Instrução Pública no governo saído da revolução democrática de 14 de Maio de 1915, autorizou por decreto a transferência para os arquivos públicos, existentes ou a criar, de todos os livros de registo paroquial anteriores a um período de 100 anos, contado desde o ano da transferência. Esse decreto nº 1630, de 9 de Junho do mesmo ano, atendia “ao alto valor histórico, genealógico, demográfico e jurídico que representam os livros de registo paroquial em cada uma das suas espécies: nascimentos, casamentos e óbitos”, pelo que convinha “preservá-los das contingências a que estão sujeitos em edifícios impróprios para a sua guarda”, para além das vantagens que resultariam da inventariação dos mesmos livros pelo pessoal dos arquivos. Os arquivos públicos eram o central, de Lisboa (Torre do Tombo) e os distritais que, nesse tempo, não cobriam ainda todo o país. Levou décadas a conseguir uma completa centralização distrital, arrumando-se, no entretanto, na Torre do Tombo, os registos de distritos que ainda não tinham o seu arquivo. Pode conceber-se que houve também resistências, tanto clericais quanto civis, a que a transferência se efectuasse. Lembro o diferendo Braga-Guimarães, que obstou a que os registos deste último concelho fossem mudados para a capital do distrito. Mas vivia-se, felizmente, em época de centralização e a transferência acabou por consumir-se.

Para aqueles que sabem pouco destes assuntos, lembro que os registos paroquiais contêm sempre o nome ou os nomes dos infantes, nubentes e falecidos e, consoante as épocas, os locais e a competência dos priores, os nomes e as naturalidades dos pais, dos avós e dos padrinhos e vários outros dados de interesse. Os do século XX, mormente após 1911, correspondem às certidões de nascimento, casamento e óbito de hoje, que deles são extraídas.

Para aceder à consulta de um registo do século XIX, por exemplo, bastará possuir uma certidão qualquer de um pai ou de um avô ou até uma tradição oral que indiquem ou sugiram local e data de um nascimento, um casamento ou uma morte. A partir daqui é ir aos inventários impressos, verificar em que cidade se encontra o arquivo que interesse, pedir o livro correspondente à data do registo e... procurar. No procurar é que, muitas vezes, reside a principal dificuldade, porque geralmente faltam índices de nomes e é preciso folhear os livros até encontrar o que se quer. Recorde-se, também, que os priores do passado, tratando-se de baptizados, indicavam apenas o primeiro nome da criança que, sobretudo para as Marias, os Manuéis, os Joões ou os Josés, levanta por vezes problemas, se não tivermos dados suficientes para a identificação.

Embora sendo as mais importantes, os registos paroquiais estão longe de esgotar o elenco das fontes. Há, por exemplo, os livros de família que, nos séculos anteriores ao XX, era muito costume manter, até entre a pequena burguesia e abaixo dela, mesmo entre os quase analfabetos e cometendo frequentes erros de ortografia. Aí se registavam nomes, idades, datas de nascimento de filhos e netos, residências, profissões e outros elementos de interesse, um pouco como se faz hoje nas páginas de abertura das agendas.

No meu espólio familiar conservaram-se dois desses livros: um, relativo a uma família de médicos burgueses, farmacêuticos na Rua da Conceição em Lisboa, que indica até o património ano após ano; e o outro, relativo a uma família de artesãos e dispensadores de serviços, onde uma viúva com quatro filhos pequenos, raiando a pobreza, teve de ser internada num asilo de mendicidade, com a filha de meses, distribuindo os outros três por instituições de beneficência várias. Há também, mais elaborados, diários e memórias, que podem trazer elementos preciosos sobre a ancestralidade, incluindo parentes colaterais, muito difíceis de encontrar nos habituais registos. O português não tem, em geral, grande propensão para o memorialismo e, quando a tem, arrepende-se mais tarde e destrói ou faz destruir o que recordou. Os descendentes, por seu turno, sobretudo filhos e netos, “censuram” frequentemente esses diários, na ânsia de esconder as imperfeições dos progenitores. Agendas de bolso ou de dona de casa, outras fontes preciosas, incluem-se nestes condenados ao vandalismo dos herdeiros, quando não foram os próprios possuidores e autores que os fizeram desaparecer. Na minha família directa, em parte por sorte e em parte devido aos meus apelos desde adolescente, conservaram-se diários, memórias e agendas – não todas, infelizmente -, o que me permite uma soma relevante de informações. Se, a tudo isto, acrescentarmos alguma epistolografia, a multiplicação dos dados pode permitir a elaboração de genealogias muito mais ricas do que os habituais e secos róis de nomes, possibilitando o conhecimento de caracteres, de ambientes e de factos. As cartas de namoro, por exemplo, sobretudo entre amorosos à distância, para além das normais expressões de carinho, abundam em informes de todo o género que cada interlocutor queria dar a conhecer ao seu amado ou amada. Consegui salvar as de meus pais, que remontam a 1926, e onde encontrei uma descrição cheia de interesse da grande revolução de Fevereiro de 1927, de que minha mãe quis informar meu pai, ausente em Cabo Verde. Noutro maço de correspondência, relativo a um antepassado meu que emigrou para o Recife (Brasil) em começos do século XIX, depararam-se-me numerosos exemplos de escravatura prática e de como os escravos podiam ser quotidianamente utilizados como qualquer bem material, quer em pagamento de dívidas quer como penhor dessas mesmas dívidas. Épocas mais recuadas dão lugar a novas fontes. As habilitações para as ordens militares e para familiar do Santo Ofício, as candidaturas a médico ou a boticário, as inscrições na Universidade de Coimbra e, sobretudo, os processos da Inquisição (na parte exactamente denominada “genealogia”) incluem dados complementares ou, tantas vezes, únicos, que permitem recuar, com sorte, ao século XV os nossos conhecimentos. E existem outras fontes, nas actas notariais, nas chancelarias régias e em róis locais múltiplos, dando acesso a filiações, primogenituras, casamentos, ilegitimidades e outros elementos que nos podem interessar se tivermos sorte de remontar tão longe. Para trás haveria ainda as lápides tumulares, as linhagens medievais conhecidas e, mais distantes, as inscrições romanas. Porque a genealogia, lembre-se, pode não nos dizer pessoalmente respeito e ser efectuada do passado para o presente e não, por obrigação, do presente para o passado.

A multiplicidade das fontes genealógicas não facilita uma abordagem fácil por parte do investigador. O amator de história, sem ou com deficiente preparação metodológica

específica, raramente conseguirá elaborar uma genealogia de carácter científico. Requer-se, em primeiro lugar, um conhecimento paleográfico aprofundado. As letras dos registos paroquiais variam espantosamente, oscilando entre a caligrafia mais cuidada e quase equivalente a um texto impresso e a “gatafunhagem” tão indecifrável como uma receita de médico das piores! Tudo dependia, em última análise, da cultura do sacerdote escritor e da escola em que fora educado. A legibilidade não está em relação directa com as épocas, sendo errado pensar que um registo do século XIX é necessariamente mais fácil de ler do que um do século XVI. Além da letra, torna-se necessário entrar na sintaxe de cada época e no significado específico dos termos utilizados. Um exemplo famoso dos erros que se podem cometer a este respeito encontra-se na publicação de um texto brasileiro do século XVII, em que o desconhecimento por parte do transcritor, do verbo “assistir” (=residir) levou a que a expressão “F... das Ilhas, que assiste no sertão” passasse a “F... das Ilhas Cassiste no sertão”, criando um problema geográfico difícil de resolver... Para inscrições tumulares e em monumentos antigos são indispensáveis noções epigráficas mínimas, cuja falta conduz, muitas vezes, a deturpações grosseiras.

É preciso ainda que o investigador conheça suficientemente a factologia e a sociedade de cada época, quer no País em geral quer a nível local, a fim de que interprete com correcção e proveito os textos registados, onde frequentemente surgem, entre as testemunhas, referências a fidalgos, funcionários e clérigos. Também é de toda a conveniência o conhecimento da legislação e regulamentação civis e eclesiásticas, citadas aqui e além, nomeadamente concordância a baptizados feitos fora da paróquia, a casamentos entre parentes próximos e a óbitos com testamentos implicando a intervenção da Igreja.

Um estudo genealógico envolve, antes de mais, um conceito de geração e uma multiplicidade de gerações. Em teoria, quem conseguisse atingir 21 gerações de antepassados, a uma média de 30 anos por geração, alcançaria o número de 1 048 576 progenitores, ou seja, toda a população de Portugal nesse tempo! Na prática, como é óbvio, as contas não podem ser feitas desta maneira, dados os muitos laços de família, parentescos, contraparentescos, cruzamentos, consanguinidades, imigrações e outros factores que intervêm nos casamentos ao longo dos séculos. Contudo, e apesar de todas as limitações, os antepassados são sempre muitos e impossível se torna o seu arrolamento completo, a não ser, eventualmente, no caso de reis e rainhas. Basta atingirmos oito ou nove gerações para que quase nos afoguemos num mar de nomes e de proveniências que dificulta o conhecimento e obriga a uma multiplicidade de árvores genealógicas.

A frequência de matrimónios entre parentes é qualquer coisa que nos deve fazer pensar, até em termos médicos e rácicos. A legislação eclesiástica a esse respeito obrigava a dispensas múltiplas que, aparentemente, não eram difíceis de conseguir, até porque a diminuta população de muitas zonas e a rara mobilidade dos seus habitantes obrigava a endogamias generalizadas. Nos séculos XVI-XVII, cinco gerações na Fajã da Ovelha, pequena freguesia do concelho da Calheta, na ilha da Madeira, de difícil acesso ainda por cima, com todos os casamentos realizados entre naturais seus, sugeriam obviamente parentescos próximos. Seis gerações em Câmara de Lobos, também na Madeira, em

épocas idênticas, auguravam o mesmo, mau-grado a maior população da sede desse concelho. A questão das endogamias justificaria estudos de história social, psicológica e de vida quotidiana – já os há, demográficos - que seria interessante desenvolver.

Também o conceito de geração se acha ainda na infância da historiografia. É sabido que as gerações se agrupam por conjunturas de tipo internacional e nacional, definindo-se por características comuns, bem nítidas, nas ideologias e formas de comportamento, que vão influenciar as sociedades em que surgem por espaços de tempo mais ou menos amplos, normalmente entre quinze e trinta anos. Há assim gerações e intergerações, estas últimas sem grande autonomia própria, dependendo antes dos ideários e modos de acção das que as antecederam e das que se lhes seguiram³. O conceito de geração, que tem sido usado pelos historiadores da literatura para alguns casos (“geração de 70”, por exemplo), poderia e deveria ser mais utilizado pelos historiadores em geral e aplicado sistematicamente, como útil ferramenta metodológica, a séculos anteriores.

O estatuto social dos nossos antepassados é uma das questões mais interessantes que se colocam à história genealógica. Para começar, as fontes anteriores ao século XIX mostram-se, em geral, escassas, omitindo frequentemente as profissões e não permitindo, assim, o conhecimento imediato do grupo social. Através de dados indirectos, nomeadamente da condição dos padrinhos e das testemunhas em baptizados e casamentos ou da existência de testamentos e das verbas legadas para ofícios religiosos, podem conseguir-se indicações a esse respeito. Vale por vezes a pena tentar encontrar outra parentela, cujos dados incluam informações mais abundantes. De qualquer forma, esclareça-se desde já que raramente a pobreza ou a riqueza constituem séries contínuas até à actualidade. Os grupos sociais são suficientemente abertos para que um assalariado rural de poucos meios seja pai de um comerciante urbano médio e avô de um intelectual diplomado e, inversamente, que à opulência suceda, em uma ou duas gerações, a indigência. Uma das minhas bisavós maternas, como já disse, ficou tão pobre que entrou para o asilo da mendicidade de Lisboa. Duas das suas filhas e o seu filho casaram no seio da média e da alta burguesia, um dos seus netos foi advogado, historiador e várias vezes embaixador e outro, assistente universitário e alto funcionário na alfândega de Lisboa. Inversamente, um outro antepassado meu, rico proprietário na ilha da Madeira, teve filhos marinheiros e perdidos em naufrágio no mar, além de dois que foram forçados a emigrar para o Uruguai, onde morreram. A viúva mudou-se para Lisboa com um filho mudo e, aqui, passou a viver em quartos alugados e à custa de uma outra filha, que casara razoavelmente bem. Dir-se-á que estes exemplos correspondem a séculos de grande abertura social, como foram os XIX e XX. Todavia, encontro outros exemplos e indícios de variações sociais de geração para geração, em registos dos séculos XVI a XVIII do centro e do sul do País. Os patrimónios alteraram-se conseqüentemente, desde gado e

³ Utilizámos este conceito há já muitos anos (MARQUES, 1972: 20), aplicando-o à história dos séculos XIX-XX e sugerindo implicitamente a sua utilização sistemática para outras épocas, o que não aconteceu.

alfaias agrícolas – quando os havia – no campo, até prédios urbanos de rendimento na capital.

O local de residência é outro factor de interesse e, desta vez, fácil de conhecer visto que todos os registos o indicam. Com ele, passou-se geralmente o contrário do que vimos em relação à questão social. Uma vez desencadeado, o processo de mudança de residência parece ter sido sempre o mesmo: a passagem do casal disperso para a aldeia, desta para a vila, desta para a cidade pequena ou média e desta última para a grande cidade. Os meus pais e os meus quatro avós eram de Lisboa. Nas gerações anteriores, o processo de transferência seguiu as linhas indicadas. Antepassados de todo o País, incluindo a Madeira, remontavam a pequenas aldeias perdidas, passavam depois a vilas maiores, depois à cidade. Na Madeira, vários dos meus ramos dos Séculos XVI-XVII vieram da Fajã da Ovelha para Câmara de Lobos, daqui para o Funchal e do Funchal para Lisboa. Precisamos, contudo, de muito mais estudos genealógicos do homem comum, desde Quinhentos até ao nosso século, para confirmar este processo que, aliás, parece ter sido normal a toda a Europa.

Não se pense, porém, que endogamias e arreigamentos a um local excluam de todo qualquer mobilidade. Circundava-se de terra em terra, sobretudo os homens, havendo muitos casos de noivas naturais da residência dos antepassados respectivos e de noivos homens de fora, porventura arrivistas, “diferentes” e, por isso mesmo, mais apreciados. Os casamentos realizavam-se, em princípio, no local de residência da noiva mas, com frequência, os filhos nasciam já noutra local, o que indicava uma transferência de domicílio posterior ao enlace. Note-se que essa nova residência podia ser afastada poucos quilómetros da anterior da noiva, havendo assim arreigamento regional mas não local, o que permitia contactos com a família daquela mas separação de facto, necessário a uma vida conjugal diversa e ainda mais feliz. “Quem casa quer casa”..., lá diz o ditado.

As variações nos nomes eram outro factor para nós de interesse. Rurais e pequeno-burgueses raramente possuíam ou mantinham por muito tempo um nome de família. Em certos casos, obedecia-se ainda à tradição medieval da existência de um nome duplo, seguindo-se ao nome próprio um patronímico ligado ao nome próprio do pai, no masculino tratando-se de um homem e no feminino tratando-se de uma mulher. Contudo, os séculos XVI e XVII testemunharam o crescente abandono dessa tradição, variando o segundo nome em função de múltiplos factores: nome do pai, nome de avô, nome de um padrinho, nome de um santo venerado, etc. Assim, no ramo mais antigo dos meus antepassados madeirenses, um Diogo Lopes da Estacada, nascido em finais do século XV em Câmara de Lobos foi pai de um Francisco Rodrigues Correia, este de um Gomes Eanes Correia e este de um Francisco Gomes Correia. Mas o filho deste último, nascido em 1620, usou já o nome de António Correia de Ornelas, para depois se voltar a um segundo Francisco Gomes Correia e, logo após, se deixar cair de todo o Correia e se manter o Gomes, abandonado por seu turno na geração seguinte, já no século XVIII. Noutra ramo, de Rio de Mouro, perto de Sintra, a um Vicente Dias, nascido em 1590, sucedeu uma Ana João, depois um Jorge Luís, depois uma Maria Luís e, a seguir, uma série de mulheres sem qualquer patronímico ou equivalente seu: Maria

da Assunção, Angélica Rosa de Jesus, Maria Isabel. Num terceiro caso, relativo a Santo Antão do Tojal (Loures) e, depois, a Lisboa, sucederam-se Francisco Gonçalves, nascido entre 1511 e 1519, Domingos Gonçalves, Inês Carvalha, Margarida da Paz, António Álvares, Hilária do Espírito Santo, Páscoa do Espírito Santo, Manuel Joaquim. Etc. Só no século XVIII começaram a definir-se entre a plebe, e muito lentamente, os nomes de família, generalizados na centúria imediata e, mesmo assim, com variações na ordem dos apelidos, podendo seguir-se ao nome próprio o apelido do pai (à espanhola) ou o apelido da mãe (como hoje, em geral, mas nem sempre, sucede). Por norma, mas com muitas excepções, a existência de três nomes – ou melhor, de três elementos do nome – indiciava um estatuto social superior ao correspondente a dois nomes ou a um nome apenas.

A realização de uma genealogia deste tipo permite alcançar conhecimentos do maior interesse. O da vida quotidiana, em seus múltiplos aspectos, é sem dúvida o mais relevante. A alimentação está presente nos diários e nas memórias que descrevem casamentos, com iguarias e vinhos de boa qualidade, mas também nas agendas que testemunham dificuldades de dinheiro momentâneas ou permanentes, citando como exemplos os preços elevados dos mantimentos vitais. Minha mãe conservou, como disse, todas as suas agendas de dona de casa a partir de 1927: por elas se pode averiguar o que se comia com mais frequência, qual era o “cabaz de compras” habitual e quando se ia eventualmente ao restaurante. As variações de residência possibilitam comparações entre localidades tão díspares como Lisboa e a cidade da Praia, em Cabo Verde. Uma outra agenda de seu pai, conservada para os anos de 1905 a 1921, fornece elementos idênticos para os começos do século XX, com os primeiros anos da desvalorização do escudo desde 1914. Também o vestuário usado e os divertimentos familiares dia a dia, pelo menos fora de casa, se colhem dessas mesmas fontes. Num diário de meu avô paterno relativo a finais do século XIX, encontram-se os nomes de zarzuelas, óperas, palhaços de circo e muitos outros elementos de lazer, com apreciações pessoais de um homem medianamente culto mas não crítico profissional. As férias e a época estival, passadas por vários membros da mesma família em locais portugueses como Sintra e a Ericeira, ingleses como Blackpool e franceses como as praias da Bretanha colhem-se da mesma fonte, acompanhadas de apreciações de viagens profissionais em Espanha, França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, com as descrições mais hilariantes dos contrastes entre portugueses e todos os demais estrangeiros. A reacção do homem comum perante o Ultimatum de 1890, que aliás já dei à estampa, nos seus pontos principais, quando se celebrou o respectivo centenário, merece toda a atenção por provir de um jovem de 23 anos, sem outros elementos de riqueza que o seu trabalho, sustentado por uma firma inglesa, e que, por patriotismo, se despede incontinenti por não querer estar ligado a interesses britânicos! O entusiasmo de um pequeno contabilista de Lisboa perante a recém-proclamada República, em 1910-12, revela-se em bilhetes postais ilustrados que o mesmo enviava a seus sobrinhos, de 5/7 e 3/5 anos respectivamente, transmitindo-lhes a sua fé no regime e o desejo ardente de que ele pudesse beneficiar os mais novos.

Para séculos anteriores, os factores de vida quotidiana revelados pelas genealogias mostram-se diferentes. Era a fé religiosa que predominava, motivando a escolha de padrinhos nominais em santos e em Nossa Senhora, justificando casamentos acompanhados de várias cerimónias religiosas e exames de doutrina cristã, e enterros onde abundavam os círios, os ofícios de defuntos e as ofertas de dinheiro a igrejas e a pobres. Alguns falecidos pertenciam a várias confrarias eclesiásticas. Outros desejavam ser amortalhados em hábitos de religiosos, muitas vezes o de S. Francisco. Ficavam sepultados dentro da igreja, no adro ou em cova fora dele mas pertencente à “fábrica” da própria igreja. A morte estava sempre presente, explicando como, no primeiro terço do século XIX, a família de um farmacêutico perdeu, na infância, quatro dos seis filhos nascidos em casa, assim como a própria mãe, com 38 anos, que morreu de cólera em 1833, sendo enterrada no próprio dia do falecimento e como uma outra mãe sua nora, alguns anos depois, minada pela tuberculose, que foi morrer no suposto “sanatório” da Madeira, com 23 anos, deixando um viúvo e um filho criança. Encontrei outro caso, ainda mais trágico, de uma antepassada que casou aos 16 anos, teve um filho aos 17 e morreu aos 18 sem mais descendência. As mortes prematuras de mulheres e de maridos compensavam, de certa maneira, a inexistência de divórcios. Eram frequentes os segundos casamentos de viúvas e viúvos, às vezes celebrados pouco tempo após a morte do cônjuge. Em contrapartida, encontrei muito poucos casos de ilegitimidades. Raramente se morria fora da cama doméstica, mas encontrei, por exemplo, em 1759, uma avô Miguel Rodrigues, dos Olivais (então fora de Lisboa), que morreu sem os sacramentos “por se achar afogado em os Moinhos”.

Outro tema de vida quotidiana passível de desenvolvimento em vários séculos está nos convívios existentes, abonados pelas testemunhas numerosas, quer de baptizados quer de matrimónios. A composição dos conviventes permite reconstruir amizades e heterogeneidades sociais.

Numerosos dados se colhem também sobre urbanística e estruturação de aldeias, pequenas vilas e até cidades, com a localização de igrejas, capelas, quintas, fontes, bairros, pátios, ruas e seus números, e revelando, por vezes, como zonas hoje essencialmente comerciais e de serviços eram então, igualmente, verdadeiros bairros de residência.

Elementos de natureza cultural podem extrair-se do tipo de letra dos priores, da assinatura que os identificava, da sintaxe que utilizavam e dos erros de ortografia que cometiam, tanto no português quanto no latim.

Sobre saúde encontram-se tipos de doença que vitimou o antepassado: apoplexias, caquexias, desassisamentos e mortes súbitas, mas com escassos pormenores. Também não faltam casos de crianças nascidas antes do tempo ou cuja fraqueza era tal que justificou um baptizado feito em casa por qualquer parente ou conhecido ou pela própria parteira.

Fazer história genealógica com as proporções indicadas é, além do mais, envolvermos-nos numa espécie de trama policial. A descoberta, um a um, dos actores em cena – neste caso, os antepassados – faz-se a pouco e pouco e quando as fontes o permitem. Passamos, quantas vezes, horas, dias, anos, à procura de uma infante ou de um nubente,

que não sabemos onde e quando nasceu, onde e quando casou. As pistas revelam-se com frequência falsas, conduzindo a becos sem saída. Quando julgamos ter enfim achado o Raimundo ou a Úrsula, nomes raros e que, por isso mesmo, cremos ser os nossos, deparam-se-nos outros ascendentes e outro cônjuge, que nos levam a ter de reiniciar a pesquisa. Com os óbitos, a situação é ainda pior, porque raramente sabemos onde é que o procurado foi morrer. As freguesias de naturalidade e de casamento perdem, aqui, grande parte do seu valor, porque o homem ou a mulher em questão podem ter ido visitar parentes, mudado de residência, partido em negócios, etc., etc. Tudo isto leva a que encontrar um antepassado, mormente em séculos anteriores ao XIX, constitua um motivo de alegria e de triunfo, comparável aos que o polícia terá quando prende finalmente o criminoso. Um escritor dotado teria matéria para tecer um romance best seller só com as investigações genealógicas a que se dedique ou que conheça. Ainda por cima, os curas enganavam-se por vezes, trocando nomes e apelidos, o que torna a pesquisa mais complicada. Lembro-me de um caso, ocorrido aliás há pouco mais de um século e num local relativamente civilizado – Cascais – em que o prior, ou quem quer que escrevia por ele, trocou o nome de meu avô paterno (Jaime Artur Marques) por um outro Jaime Artur, muito conhecido à época como político e influente local, Jaime Artur da Costa Pinto. É verdade que o escrivão se apercebeu depois do erro, esclarecendo que, “onde se lê Costa Pinto leia-se Marques”, mas o engano poderá, cem ou duzentos anos mais tarde, induzir noutro erro um investigador apressado, que passe por cima da correcção. No meu próprio caso, sei haver dezenas de erros em registos de repartições públicas, róis de endereços e outros escritos oficiais ou particulares, em que o Henrique do nome próprio passa a Henriques e o Rodrigo do apelido a Rodrigues. Os CTT, por exemplo, chegam a mandar-me duas pagelas filatélicas em vez de uma, cada qual com a sua variante.

Ponhamo-nos também em guarda contra erros de datas, frequentes nos séculos XVI e XVII, e lembremo-nos de que, em muitos locais pequenos, o começo do ano continuou a coincidir com o dia de Natal, o que levava a que registos feitos entre 25 de Dezembro e 31 de Dezembro surgissem como pertencentes ao ano seguinte.

De qualquer forma, pesquisar genealogias é divertido e dá prazer. Dizia Marc Bloch, na *Apologie pour l' Histoire ou Métier d' Historien*, que “mesmo que a história fosse julgada incapaz para outros serviços, bastaria argumentar, a seu favor, que ela distrai. Ou, para ser mais exacto – porque cada qual busca as distrações onde melhor lhe parece – que ela distrai, incontestavelmente, um grande número de indivíduos. Pessoalmente, e tanto quanto me lembro, sempre me diverti muito”⁴. Não faltam os historiadores de nossos dias que parecem esquecer-se disso, transformando a história em qualquer coisa de enfadonho e de ilegível, que pouco ou nada distrai. Escrever história genealógica, mesmo a do homem comum, não deve limitar-se a uma enumeração de nomes e datas, uns por cima dos outros, à maneira das árvores tradicionais. Deve antes aproximar-se de

⁴ BLOCH, 1959: X-XI.

um romance, em que os antepassados são os protagonistas principais mas em que não podem faltar uma trama e os enquadramentos familiares, profissionais, políticos, culturais e até paisagísticos. A beleza tem de existir nas descrições e nas interpretações, ao lado da sabedoria e da força indispensáveis.

Contudo, a história genealógica do homem comum é muito mais do que distração. Nela vamos encontrar, movendo-se discretamente e como que atrás de biombo, um mundo vastíssimo, onde cabem múltiplos e variados aspectos da vida humana do passado. Transpostos um ou dois séculos, as ligações afectivas e de identidade individual com o presente, que justificaram a investigação, esvaem-se ou desaparecem por completo surgindo, em vez delas, toda uma sociedade que já nos é estranha mas que preenche o conteúdo da própria história. Perante os nossos olhos estão o século XVII ou o século XVI, não como conjunto de factos e de estruturas que nos habituámos a enumerar e a interpretar mas antes como somatórios de seres humanos, captados no seu quotidiano e apresentados de forma muito diversa e muito específica, muito alheia à tradição e à reconstituição convencionais. Diferenças que julgáramos essenciais para caracterizar épocas diluem-se; semelhanças que nos pareceram uniformizadoras de períodos brotam insuspeitadas. Tal como o cientista que, por baixo de aparências visíveis a olho nu, descobre átomos estruturadores e pujantes de movimento, assim o historiador encontra o pequeno indivíduo que constitui o elemento básico da vida em sociedade. Queixava-se-me, há já muitos anos, Virgínia Rau, de que a nova historiografia, então a dos Annales, perdendo-se na invenção das estruturas, esquecia o homem, que quase desaparecia da história. E eram muitos os historiadores – e eu também com eles alinhiei – que aspiravam a escrever um tratado onde não houvesse cabimento para um índice de antropónimos. Pois bem, a história genealógica do homem de todos os dias é, em certa medida, o modelo oposto. Os nomes, ou seja, os seres humanos, estão por toda a parte. Sai deles, da Madeira ao Minho, a seiva que explica Portugal. É com eles, identificados e bem vivos nos seus actos de nascimento e de proliferação, morrendo depois como qualquer organismo para dar lugar a outros, que vamos construir as estruturas e definir as conjunturas que julgarmos necessárias para a compreensão nossa do passado. Mas construí-las de baixo para cima, partindo dessa gente humilde ou importante que existiu de facto e esquecendo, de momento, abstrações teóricas, clichés, e frases feitas. Vamos olhar para ela com atenção, vamos procurar sentir os seus desejos, as suas amizades, os seus comportamentos práticos. Vamos tentar compreendê-la a partir das formas mais simples e mais animais da sua vida: o nascimento, o acasalamento e a morte.

Parente da prosopografia⁵, a história genealógica do *uomo qualunque* não atende só às elites nem ao *cursus honorum* dos indivíduos, embora os deseje reconstituir se para tal encontrar elementos. A carreira de um plebeu pode ser tão esclarecedora como a de um

⁵ A bibliografia sobre prosopografia é já vasta. Veja-se um conjunto de ensaios de interesse na obra editada por CARASA SOTO. 1994.

alto funcionário. O rural que ajude primeiro o pai a lavrar a terra, que se autonomize depois apropriando-se de uma parcela só sua, que consiga armazenar o seu trigo e vendê-lo com lucro, tornando-se mais tarde num médio ou mesmo abastado proprietário, que diversifique em seguida os seus produtos, se converta em comerciante conhecido e acabe por fim os seus dias numa casa grande de pedra e cal com chaminé e vidraças dá-nos, sem dúvida, tantos informes para o conhecimento de uma época como um burguês que ascenda a deputado ou a primeiro-ministro. A biografia é sem contestação muito importante para a história genealógica, desde que, na habitual pobreza das fontes, se encontrem os elementos para ela. Mas, sob um ponto de vista metodológico, a biografia tem de ser alargada ao pequeno, independentemente da respectiva condição social. Mesmo que, na maior parte dos casos, a biografia do camponês, do artesão ou até do pedinte tenha pouco interesse e inclua diminutas variações, há que tentar fazê-la para compreensão integral de uma época.

Chegados ao fim do nosso percurso, podemos desde já contestar que as massas do passado – do homem comum, entenda-se – sejam necessariamente inertes. Existiu nelas movimento, traduzido por evoluções sociais, mobilidades aos níveis regional e até nacional, acompanhamentos de conjuntura e outros elementos de modificação. Tiveram a sua dinâmica própria, cujo estudo se justifica e merece atenção demorada. É pena que a dificuldade e a morosidade da investigação neste campo não permitam maior número de estudos de história genealógica que, para assumirem significado pleno, têm forçosamente de incidir sobre vastos períodos de tempo, de preferência séculos. Micro-história e macro-história confundem-se assim, como, de certa maneira, se confundem estruturas e conjunturas, categorias da mente que se vêem submersas e se tornam ininteligíveis pelo vasto oceano dos nomes e das relações que entre eles existem. As imponentes árvores da história, que nos orgulhámos de plantar e de ver crescer, desaparecem ante a charneca povoada de pequenos arbustos e de tímidas flores que surge em sua substituição. O orgulho da síntese cede frente à humildade da análise. E o soberbo trabalho individual do historiador carece de realização plena se não for acompanhado de múltiplos trabalhos congêneres, cada qual visando objectivos idênticos. É uma excelente maneira, diga-se de passagem, de começar uma carreira de investigação. E, melhor ainda, de a encerrar.

BIBLIOGRAFIA

- BLOCH, Marc, 1959 - Apologie pour l' Histoire ou Métier d' Historien, 3ª edição, Cahiers des Annales, Paris, Armand Colin.
- CARASA SOTO, Pedro 1994 - Elites. Prosopografía Contemporánea, Valladolid, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones.
- Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357), 1982, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, pp. 108-109.

Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais, 1993-94, coord. técnica de José Mariz, vol. 1, Centro e Sul, e vol. 2, Norte, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, XXIII+471, 623 pp.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1972 - Afonso Costa, 1ª edição, Lisboa, Arcádia.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1987 - Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV in "Nova História de Portugal", dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, Presença.